



# PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO X — N.º 108 — SÃO PAULO, JULHO DE 1966 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, — SALA 2 — CAIXA POSTAL — 62 48

## Intelectuais Brasileiros Denunciam Manobras da Ditadura Salazarista

Alcançou a maior repercussão entre a opinião pública brasileira a atitude de algumas das figuras mais expressivas da vida universitária e intelectual de São Paulo denunciando, em documento distribuído à imprensa, no dia 20 de Junho, os verdadeiros e inconfessáveis objetivos visados pelo Estado fascista português com o envio ao Brasil, no vôo inaugural da linha dos TAP Lisboa-Rio, de uma série de altas personalidades na sua maioria intimamente ligadas ao regime salazarista.

A declaração em apreço é do seguinte teor:

"Para assinalar devidamente uma nova ligação aérea Lisboa-Rio de Janeiro, chega-nos de Portugal o maior conjunto de altas personalidades ligadas à vida pública que dali tem vindo nos últimos anos. Dêle fazem parte um ministro em exercício e vários ex-ministros; altas patentes militares, funcionários categorizados e os diretores dos principais jornais portugueses. Precedendo essa embaixada extraordinária, já aqui se achava o chefe do Secretário Nacional de Informação (SNI), entregue a uma intensa atividade propagandística do regime do dr Salazar.

Considerando que tôdas estas personalidades se aprestam para cumprir um extenso programa organizado pela Embaixada Portuguesa com o fim de extrair da visita efeitos políticos e tentar mistificar a opinião pública portuguesa sobre os reais sentimentos do povo brasileiro em relação ao regime que oprime Portugal há 40 anos;

Considerando que a grande maioria dos visitantes são elementos que aceitam e exaltam

uma política colonialista e belicista responsável pela morte de dezenas de milhares de angolanos, de moçambicanos e guineenses, política condenada já pela Assembléa Geral das Nações Unidas e pelo Conselho de Segurança da mesma organização;

Considerando que há em Portugal centenas de presos políticos, dezenas de quais condenados à prisão perpétua após julgamentos que levaram a Associação Internacional dos Juristas Democráticos a considerar a Justiça Portuguesa como a mais bárbara do mundo;

Considerando que a perseguição aos intelectuais é em Portugal uma prática comum e que, na oportunidade da extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores, da prisão subsequente dos seus dirigentes e das torturas inflingidas a estudantes presos, a imprensa portuguesa, na sua quase totalidade, apenas publicou textos aplaudindo essas violências perpetradas contra a Cultura e os Direitos do Homem.

Os signatários cumprem um dever de solidariedade, como intelectuais brasileiros e como amigos do povo português, vindo a público;

**DENUNCIAR** a visita das personalidades chegadas no vôo inaugural dos TAP como manobra mistificadora ao serviço dos interesses do Estado Fascista Português;

**ESCLARECER** que não reconhecem idoneidade moral aos jornalistas, funcionários e militares que nos visitam para se apresentarem como representantes do heróico e martirizado povo de Portugal."

Entre outras personalidades, assinaram esta Declaração: Paulo Duarte, diretor do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo; Florestan Fernandes, professor catedrático de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; Sergio Buarque de Holanda, professor Catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; Sergio Milliet, escritor e presidente da Comissão Brasileira para a Amnistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal e Espanha; Geraldo Ferraz, crítico de arte, etc.

Entre os democratas portugueses do Brasil, a manifestação de solidariedade dos intelectuais brasileiros causou compreensível satisfação. "Portugal Democrático", que já havia denunciado em sua última edição a manobra fascista encoberta pelo vôo inaugural dos TAP, na rota Lisboa-Rio, junta os seus aplausos aos da colônia democrática. Os grandes amigos de Portugal que subscreveram a declaração acima transcrita prestarão mais um serviço à causa dos que lutam pela libertação do povo português.



O dispositivo militar colonialista em Moçambique tem sido rudemente posto à prova pelos guerrilheiros da FRELIMO. Segundo as últimas informações, extensas áreas do norte acham-se já firmemente nas mãos das forças nacionalistas e nas zonas vizinhas a debandada para o sul dos colonos portugueses é geral. Essa desastrosa situação do aparelho repressivo fascista explica o envio de mais de 5.000 soldados para Moçambique em Maio e Junho

## CAMPANHA PELA AMNISTIA

No Brasil, como em todo o mundo, alcançou considerável repercussão a iniciativa de elementos da oposição democrática portuguesa, de dirigir ao "presidente" Americo Tomás uma petição, com 115 assinaturas, solicitando uma amnistia geral para os presos políticos. Como era de esperar, o documento foi parar no cesto dos papéis de Salazar e a sua publicação nem sequer foi autorizada.

Seria um erro tirar daí a conclusão apressada de que foi inútil o gesto dos seus autores. Na iniciativa só há que lamentar o fato de a sua motivação surgir ligada à data nefasta do 28 de Maio. A amnistia é uma exigência do povo português, um clamor nacional, e nada tem a ver com a celebração pelo fascismo dos seus 40 anos de existência.

Fora disso, a idéia só merece aplausos. A experiência demonstra de maneira clara que a pressão conjunta da opinião pública nacional e internacional é uma arma poderosa na luta contra a repressão. Sempre que essa pressão atinge um ponto alto, Salazar, acuado, vê-se forçado a transigir, fazendo concessões. Para só recordarmos os casos mais expressivos, citaremos as campanhas desenvolvidas a favor da libertação de Manuel Rodrigues da Silva, Maria Luisa da Costa Dias e Maria da Piedade Gomes dos Santos. Ante a avalanche de protestos e abaixo-assinados e a imensa repercussão dos movimentos a favor desses patriotas nas colunas da imprensa

internacional, o fascismo teve de recuar, abrindo as portas dos presídios onde mantinha encarceradas essas vítimas. Noutros casos, como no de Manuel Guedes foi decisiva a pressão do movimento sindical em todo o mundo.

A última "amnistia" de Salazar, concedida por ocasião da posse de Americo Tomás, foi uma autentica farsa — uma farsa desumana. Mas são numerosos os indícios de que o fascismo terá de ceder, senão decretando a amnistia geral, pelo menos libertando vários presos cujos casos são particularmente escandalosos por já haverem cumprido as respectivas penas, se a campanha da oposição democrática prosseguir. É sintomático, a esse respeito, que vários "deputados" da Assembléa Nacional fascista, certamente cumprindo ordens de cima, se tenham decidido a levantar na tribuna o candente problema da amnistia. O debate foi, obviamente, ridículo, mas deve ser encarado como sinal de fraqueza do regime.

Cabe muito especialmente salientar o mérito do trabalho constante que vem sendo desenvolvido pela Comissão Nacional da Amnistia. Quanto mais amplo fôr esse movimento e maior a unidade entre os seus membros mais difícil será ao fascismo opor-se aos seus objetivos. A amnistia é uma exigência, um clamor nacional. Agem como verdadeiros patriotas todos os que por ela lutam.

PORTUGAL  
DEMOCRÁTICO

Rumo à vitória

# PORTUGAL DOMINADO PELO IMPERIALISMO

A participação de Portugal nas zonas europeias do comércio livre agrava ainda mais a situação de dependência em relação ao imperialismo.

O que representa para Portugal a adesão à Zona dos Sete e a eventualidade da adesão ao Mercado Comum?

Representa em primeiro lugar como já vimos a justificação da necessidade de criar condições de competir com os países mais desenvolvidos, o apressamento do processo de centralização e concentração industrial, da "reorganização industrial", que visa aniquilar a pequena e média empresa e alargar ainda mais o domínio a toda a economia nacional dum pequeno numero de grandes grupos monopolistas.

Representa, em segundo lugar, como também já vimos, o agravamento da exploração da classe operária, através das "campanhas de produtividade", da "racionalização", da intensificação do trabalho, do aumento do "exército de reserva", da diminuição dos salários reais.

Representa, em terceiro lugar, a invasão do mercado interno por produtos industriais dos países mais desenvolvidos com os quais os produtos industriais portugueses não podem competir vantajosamente, nem em qualidade nem em preço, e a resultante posição de dependência de todo o nosso comércio externo.

Representa, em quarto lugar, uma maior crise para a agricultura portuguesa, dadas as medidas discriminatórias e o tratamento de desfavor dado aos produtos agrícolas, e a consequente pioria das "razões de troca" no nosso comércio externo e da situação económica geral.

Representa, finalmente, uma nova invasão de capitais estrangeiros, a ligação crescente do capital financeiro português com os grandes monopólios internacionais, acentuando ainda mais o domínio imperialista sobre Portugal.

Estas consequências não só são bem conhecidas pelo governo fascista, como constituem o seu objetivo. Ao assinar o Acórdo dos Sete, o governo de Salazar pretendeu justificar, com a necessidade da concorrência, o agravamento da exploração da classe operária, provocar a liquidação da pequena indústria, apressar a centralização e a concentração, abrir mais largamente as portas ao domínio imperialista.

Dizendo ser necessário duplicar o rendimento nacional para fazer frente à nova situação criada pelas zonas do comércio livre, os fascistas insistiam há tempos em que se impunha o aumento da capital fixo em cerca de 240 milhões de contos até 1970. Se se tratasse da acumulação de mais-valia criada em Portugal, seria necessário, segundo estes cálculos, que, só para a acumulação sob a forma de capital fixo, fossem arrancados anualmente a cada trabalhador 5 contos de trabalho não pago (tanto como os salários que recebem). A pretexto da entrada na Zona dos Sete ou duma futura entrada no Mercado Comum, assiste-se assim a um agravamento feroz da exploração dos trabalhadores. Mas, como essa exploração, só por si não poderá resolver as dificuldades dos capitalistas portugueses, os homens dos monopólios e os seus serventuários fascistas, vêm nos investimentos estrangeiros a salvação das suas dificuldades e o caminho para, de braço dado com o imperialismo, alargarem mais ainda o seu domínio sobre o país, aniquilando os pequenos e médios concorrentes.

A acentuação do domínio imperialista é a política declarada dos grupos monopolistas portugueses e do governo fascista. Um ministro da economia diz expressamente que as indústrias devem ser organizadas "numa base que exceda o quadro nacional". O Ministro do Estado, caixeiro-viajante dos monopólios, afirma ser mérito do Acórdo que assinou "fazer com que se fundam as unidades fracas para que apareçam fortes e ricas". Chegam a Portugal representantes dos monopólios internacionais e aconselham aos ministros a que "atirem os industriais ao mar para que se salvem os que souberem nadar" (isto é, os grandes que se associam aos monopólios estrangeiros); e os ministros descaradamente proclamam que tal conselho "bem caracteriza a cordialidade das conversações". A isto chegou a desvergonha dos salazaristas sem-pátria, que seguindo o conselho, procuram "atirar ao mar" os pequenos e médios industriais, imolados aos interesses dos monopólios e do imperialismo.

Os salazaristas assinam os Acórdos lesivos dos interesses e da independência nacional e tudo procuram justificar das formas mais risíveis. É a agricultura portuguesa que é tratada com desfavor? Podem ficar comprometidas as exportações de vinho, de resinosos, de frutas? Que importância tem isso se o Ministro do Estado conseguiu em Estocolmo que fosse considerada produto industrial a calda de tomate? E, se mais tarde, na reunião da EFTA (maio de 1963), conseguiu que tivessem igual classificação os alhos frescos, secos e desidratados e o óleo de bagaço de azeitona? Que podem representar as concessões feitas aos imperialistas ao lado destas espantosas vitórias do sr. Correia de Oliveira?

A falta de brío dos salazaristas vai ao ponto de terem admitido que, no Anexo referente a Portugal do Acórdo de Estocolmo, se estabelecesse que "em certas circunstâncias Portugal pode impôr restrições às explorações de minérios (sic)! Como se qualquer país independente precisasse de autorização expressa dum acórdo para pôr restrições, quando o considerar necessário, a quaisquer das suas exportações! E assim os países desenvolvidos nos compram matérias primas a baixo preço que só em certas circunstâncias podemos recusar", e nos vendem produtos industriais, a preços escandalosos que em todas as circunstâncias temos de aceitar. E assim nos levam e nos vão esgotando os minérios de Moncorvo e as pirites a preços de favor e nos vendem o ferro e o aço a elevados preços. E assim vão subindo os preços do que nos vendem e relaxando os preços do que nos compram, de forma que aquilo que dantes custava 1 tonelada de cortiça, de conservas ou de vinho, custa agora 1,5 ou 2 toneladas. E assim ficam por vender os nossos vinhos, as nossas cortiças, as nossas frutas, mas se importa toda a casta de bugigangas que custam por ano dezenas de milhares de contos. E assim concorrem no nosso mercado interno com os produtos portugueses, criando sérios embaraços a numerosos sectores da nossa economia.

Portugal faz parte da Zona dos Sete, instrumento do imperialismo inglês. Mas pode dizer-se com razão que está também com um pé dentro outro fóra do Mercado Comum, instrumento dos monopólios alemães ocidentais e franceses, onde os primeiros têm cada vez mais a primazia.

Nas vésperas da segunda guerra mundial, depois de longa disputa com a Inglaterra, a Alemanha estava alcançando a posição desta no mercado português. Ao terminar a guerra, aproveitando-se das dificuldades da Inglaterra e da Alemanha, os Estados Unidos tomaram durante alguns anos esse lugar, chegando a caber-lhes quase um terço do valor das importações portuguesas. Em 1949 a Inglaterra readquiriu espectacularmente o primeiro lugar, com 24,4% das importações contra 17,9% dos Estados Unidos.

Mas logo nos anos seguintes, enquanto empalidece a posição dos Estados Unidos, a Alemanha, servindo-se hábilmente da UEP, se aproxima velozmente da Inglaterra até lhe passar adiante em 1955. Desde então ocupa o primeiro lugar nas importações portuguesas, com percentagens de 15 a 18% do total, apesar da adesão de Portugal à Zona dos Sete, pilotada pela Inglaterra.

Os números seguintes relativos às importações mostram com clareza a evolução desta competição:

	Em percentagens				
	1938	1947	1949	1955	1962
Alemanha .....	17	—	0,8	14,5	16
Inglaterra .....	17	12	24,4	14,1	15
Estados Unidos .....	12	32	17,9	9,6	6

As potências imperialistas e em especial a Inglaterra e a Alemanha travam uma larga batalha pelos mercados, pelas fontes de matérias primas, pelo campo de investimentos que Portugal oferece. A Inglaterra, potência tradicionalmente dominante, tem ainda Portugal atrelado à Zona dos Sete. Mas a Alemanha vai marcando pontos na exportação de mercadorias e de capitais para Portugal. "Zona dos Sete" ou "Mercado Comum" representam igualmente a submissão do país ao imperialismo, com todas as suas nefastas consequências.

Os interesses do povo português e da nação portuguesa exigem, não que se passe do domínio predominante duma grande potência para o domínio predominante duma outra, mas que os ingleses, os alemães, os americanos, os belgas, os franceses, tirem as patas do solo, que Portugal se liberte finalmente do domínio e exploração imperialistas. Exigem que as riquezas nacionais sejam utilizadas em benefício do nosso povo e do progresso do nosso país. Exigem que as relações comerciais com os outros países se baseiem na independência, na igualdade e no respeito recíproco dos interesses.

## FASCISMO: 1966

Uma característica relativamente recente do fascismo salazarista é que, porventura por sabedoria adquirida ou, porque os problemas a que tem de fazer face, na ordem interna e externa, são complexos, tem revelado capacidades e uma vitalidade novas, se nos reportarmos a períodos anteriores em que predominaram o praticismo e a rotina. Salazar, mas sobretudo as suas novas equipes de conselheiros técnicos, têm demonstrado uma consciência mais aguda dos problemas com que o regime se defronta no domínio da política económica, da guerra colonial, da repressão social, das relações internacionais. E se as soluções que adopta são contrárias aos interesses do Povo português e do país como nação independente, não quer isto dizer que não sirvam perfeitamente os interesses das classes dominantes. A rotina e ao empirismo sucederam-se os esforços de previsão e de planificação, de busca de soluções estratégicas e táticas e de instrumentos adequados. Sem princípios ideológicos a manter-lhe os movimentos, o poder fascista dá mostras hoje de uma maior capacidade "técnica" na prossecução dos seus objetivos políticos-económicos.

Por isso consideramos errada toda a estratégia anti-fascista, unitária ou partidária, que se funde na presunção de que o fascismo português é apenas um arcaísmo sobrevivente da derrota do fascismo mundial em 1945, e de que nada mudou em Portugal e no Mundo desde então. Seria profundamente errado, por exemplo, contar-se no plano interno com uma exaustão do fascismo, ou com contradições interiores que conduzissem fatalmente ao rompimento da solidariedade entre os actuais componentes da base económico-social do fascismo, ou com dificuldades económicas que conduzissem a uma crise generalizada.

Do mesmo modo seria reincidir em ilusões antigas confiar numa desolidarização por parte das democracias ocidentais de um estado fascista, pouco respeitador da Democracia e da liberdade dos cidadãos. Porque uma das características do fascismo que se acentuou nos anos mais recentes foi a sua inserção no sistema defensivo e ofensivo das forças imperialistas mundiais e de tal forma que pode dizer-se que os destinos do país e do povo português estão hoje condicionados por uma estratégia imperialista mundial.

Rui Cabeçadas

As alianças políticas, económicas e militares do fascismo, no plano internacional, fundam-se numa solidariedade entre potências imperialistas, servem os interesses e projectos destas potências. Quais são os objetivos desta estratégia imperialista em relação ao complexo territorial económico e político formado por Portugal e suas colónias? Assegurar a permanência do regime fascista em Portugal, assegurar a dominação e exploração colonial de forma a garantir no "prazo mais conveniente" a criação de estruturas político-sociais que, mesmo depois da libertação, possam constituir as bases de dominação e exploração neo-colonialista; assegurar a exploração das riquezas nacionais e, sobretudo, da força de trabalho da classe operária portuguesa; acentuar e acelerar o processo de integração económica no mercado capitalista europeu; criar e estabilizar em Portugal, através de uma modificação das suas estruturas sociais, uma situação desfavorável a uma perspectiva revolucionária popular.

Vemos assim que no actual quadro da nossa luta convergem, combinam-se, concreta e objectivamente três planos diversos: a luta anti-fascista, a luta anti-colonialista, a luta anti-imperialista. Que conclusões tirar? Das possíveis extrairmos apenas três:

1.º — Seja qual for a extensão e as formas que a unidade tomar em 1966 entre as forças e correntes da oposição, a grande base da unidade anti-fascista é a unidade popular, a unidade das grandes massas laboriosas contra os seus opressores e exploradores.

2.º — Lutar em 1966 contra o fascismo é lutar simultaneamente contra o colonialismo e o imperialismo, porque a vitalidade do fascismo, o seu processo de sobrevivência, ligam-se estreitamente ao projeto colonialista e imperialista.

3.º — Não haverá que contar em 1966 com fraquezas, hesitações ou deslizos por parte do fascismo. O desfecho vitorioso da luta anti-fascista, depende, em última análise, da capacidade política das forças que se opõem ao fascismo, da capacidade dos anti-fascistas de afrontarem os problemas teóricos e práticos da luta, de afrontarem a dureza de uma militância que cada vez mais exigirá deles dedicação e entrega.

(in "Liberdade", março de 66)

## Fascistas infiltrados entre os emigrantes

O jornal "O Trabalhador", na sua edição de Abril p.p., chama a atenção dos operários portugueses da França para as manobras a que se entregam entre eles certos agentes provocadores do fascismo, disfarçados de trabalhadores.

Trata-se de uma nova iniciativa do aparelho de repressão salazarista. Entendendo que Portugal e as colónias não bastam para as suas sinistras atividades a PIDE decidiu atuar de modo permanente e direto em todo os grandes núcleos de emigrantes residentes na França e na Alemanha Federal. Esclarece "O Trabalhador" saber de fonte segura que nos contingentes de operários — de contrato coletivo — que partem de Portugal com destino à República Federal Alemã e à França, são incluídos alguns elementos da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública. Esses indivíduos — ao serviço da PIDE — aparecem nesses contingentes como antigos funcionários licenciados por tempo indeterminado, em busca de uma melhora de condição económica. Na realidade, porém, embora mascarados de emigrantes e trabalhadores permanecem ao serviço da máquina policial e repressiva do fascismo. Sua função concreta consiste em denunciar os companheiros e desenvolver atividades provocatórias e divisionistas.

## Portugal Democrático

Continua a ser extremamente difícil a situação financeira do nosso jornal. O aumento constante de despesas está longe de ser compensado pelo acréscimo correspondente de receitas.

A sobrevivência de "Portugal Democrático" acha-se mais uma vez ameaçada, dependendo neste momento da ajuda de amigos e assinantes. Cabe aqui repetir o que dissemos em nosso último apelo. O fator decisivo para o equilíbrio do nosso orçamento são as contribuições vindas do exterior. Daí a importância de que para nós se reveste o trabalho dos grupos de amigos de "Portugal Democrático". A esse respeito, podemos apontar como exemplo o incansável labor desenvolvido no Canadá pelo nosso companheiro Amélio dos Santos a cujo dinamismo e dedicação devemos auxílios preciosos. Se em cada país onde há núcleos de emigração democrática portuguesa dispusessemos de dedicações semelhantes não só com as nossas dificuldades desapareceriam como teríamos ainda a possibilidade de transformar o jornal em quinzenário.

### OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

(hora de Portugal)  
Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

### UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

## Nolas e comentários

### EMIGRAÇÃO

Um dos recordes lamentáveis que Salazar ostenta é o de haver transformado Portugal no primeiro país de emigração do mundo. Sabido que a emigração é um reflexo de condições internas desfavoráveis, o progressivo abandono de Portugal por parte da sua juventude vale por um julgamento da obra negativa do fascismo. Nunca, nem mesmo nos anos de miséria quase generalizada que se seguiram na Europa à Revolução de 1848, país algum sofreu uma sangria tão pronunciada da sua força produtiva essencial — o homem — como o Portugal dos nossos dias. De 11 milhões de portugueses, apenas 9 vivem presentemente na terra onde nasceram. Aproximadamente dois milhões, isto é, mais de 18% da população, tiveram de se expatriar.

É uma perigosa ilusão a de que o emigrante é um homem destinado a enriquecer. Diríamos de preferência que é um homem destinado a sofrer. A circunstância de uma mineria insignificante conseguir, ao cabo de anos de um tremendo labor, alcançar uma situação económica desafogada, não pode levar-nos a esquecer a realidade fundamental: a maioria tem à sua frente a perspectiva de uma existência inteira de trabalho duríssimo em países onde, salvo o caso do Brasil, constitui sempre um grupo marginal da sociedade. A balança de pagamentos do Estado Fascista pode ostentar um equilíbrio artificial mercê das remessas de dinheiro dessa juventude que busca trabalho pelos quatro cantos do mundo, mas a verdade indelével é que o emigrante português não deixa de ser um cidadão de segunda classe nas terras onde vive expatriado. Nas colunas da imprensa internacional raro é o dia em que, entre os *faits divers* não haja alguma notícia relativa às condições infra-humanas em que viajam e vivem os emigrantes portugueses. Na França, que para as autoridades financeiras do fascismo é o novo Eldorado, devido às divisas que de lá escorrem, os portugueses substituíram os argelinos como a mão de obra mais barata e a força de trabalho menos exigente, mais miserável e ignorante. Vivem amontoados em bairros de lata imundos, introduzindo um elemento novo na paisagem dos subúrbios de certas cidades. O drama da nossa emigração atingiu ultimamente tais proporções que até a imprensa fascista de Franco já dele se condói. An-

tes eram os franceses, os ingleses, os alemães que estranhavam os horrores a que se submetiam as réguas de emigrantes em fuga do "paraíso salazarista". Agora, a calamidade impressiona inclusive a sensibilidade embotada dos plunitivos franquistas. Até o Ya, órgão do monarquismo clerical espanhol lançenta já que os portugueses viajem como gado, enjaulados, para se evadirem da sua terra...

Como muito bem salienta em seu último editorial o órgão da FPLN, a LIBERDADE não é apenas uma palavra, é, mais do que uma necessidade política, uma necessidade vital. Que o diga a nossa miserável, desgraçada, torturada emigração, objeto da piedade da Europa.

Para que essa situação aviltante chegue ao seu termo, para que Portugal não se transforme em terra despovoadada, o caminho é precisamente aquele que nos aponta a FPLN. O povo português precisa de conquistar, pelas suas próprias mãos, a liberdade, que o mesmo é dizer: o direito à vida.

### FUGA AO TERROR COLONIAL

A Secretaria das Nações Unidas divulgou em Nova York no dia 10 de Junho alguns algarismos que vêm desmentir frontalmente as mentiras da propaganda fascista portuguesa sobre o tão cantado regresso de angolanos e moçambicanos às suas terras. A Embaixada de Salazar em Washington ficou até agora muda. Contra factos não há argumentos. Os números tornados públicos foram extraídos de um relatório do alto-comissário da ONU para os refugiados. E, segundo este, nada menos de 282.000 pessoas residentes nas colónias de Angola, Moçambique e da Guiné dita portuguesa, haviam até Dezembro de 65 fugido daqueles territórios, asilando-se nos países vizinhos. Só no ano passado, o total de refugiados ascendeu a 42.000.

O relatório, pela própria natureza das funções do alto-comissário, é quase omisso a respeito dos motivos do êxodo, mas a situação de indescritível miséria dos refugiados e as marcas de sevícias que muitos apresentam, bem como queimaduras provocadas pelo *safulm* não deixam a menor dúvida sobre as razões dessa autêntica tragédia. É a guerra colonial, ao genocídio das populações angolanas, moçambicanas e guineenses

que se deve a fuga para o Exterior dessas vagas humanas.

Enquanto as Nações Unidas publicam essas estatísticas que valem por uma condenação formal do colonialismo fascista, Salazar, imperturbável, insiste em que as "provincias ultramarinas" portuguesas são oásis de tranquilidade numa África turbulenta e afirma, em desabafado, a um jornalista de Chicago que a verdade é que quem levou a paz à África foi o colonialismo...

### A ARENGA DO GENERAL YANKEE

O general Lyman Lemnitzer é um daqueles soldados ultras que, pela sua conduta e pelas idéias que defende, justificam os receios expressos por Fred Cook em "O Estado Militarista", isto é o predomínio crescente nos Estados Unidos dos homens do complexo militar — industrial precipite o desencadeamento de uma guerra de extermínio da humanidade. Não é de estranhar assim que a Câmara dos Representantes norte-americana tenha convocado recentemente o general Lyman Lemnitzer para depôr, na sua qualidade de comandante supremo norte-americano na Europa sobre questões relacionadas com a permanência dos EUA na base das Lajes nos Açores. Convém recordar que há nessa mesma Câmara muitos homens que se têm manifestado publicamente contra a permanência do general Lemnitzer em cargo de tanta responsabilidade e que não esquecem o papel por ele desempenhado na fracassada invasão de Cuba em 1961.

Não dispomos do texto integral das declarações do belicoso militar yankee, até porque a sessão foi secreta, mas pelo resumo dado a público na imprensa norte-americana, duas conclusões se podem tirar, para nós, portugueses, importantíssimas: a primeira é a de que o general Lemnitzer continua apegado a sonhos guerreiros e considera os Açores uma "pedra basilar" para o desenvolvimento dos seus planos; a segunda, implícita, é a de que os Estados Unidos tencionam permanecer na terra portuguesa dos Açores *ad aeternum*. Se acrescentarmos a isto que o comandante supremo norte-americano na Europa tem uma profunda admiração por Salazar, tendo a já proclamado publicamente, nenhuma dúvida resta sobre o perfeito entendimento das comadres...

Tanto os ataques aos Estados Unidos que surgem na Imprensa fascista de Lisboa como a "resistência" de Salazar no que se refere à re-

novação do acôrdo sobre a base norte-americana das Lajes não passam de manobras de diversão, de poeira lançada nos olhos dos injenuos... As alianças ao fascismo qualquer que seja a fachada, fundam-se numa solidariedade das potências imperialistas que não pode ser abalada por ondas de superfície. O caso dos "ataques" à NATO é típico da táctica do fascismo. A cólera salazarista, provocada pelos acontecimentos da Rodésia nunca deixou de ser puramente formal, limitando-se a um verbalismo óco. O reverso da medalha é que ilumina bem o fundo do pensamento do ditador: Portugal elevou os seus gastos com a NATO de 2 milhões e 500 mil contos em 1952 para 6 milhões e 460 mil contos em 1964, verba que em 1966 será bem superior, em consequência da montagem de um poderoso dispositivo militar na península de Setúbal. E cabe recordar que, ao serviço da Aliança Atlântica, se acham as bases aéreas do Montijo, da Ota, de Monte Real, de Sintra e Espinho, sem falar já dos Açores e de Beja, onde se espera a instalação de 5.000 alemães com seus aviões supersônicos.

Embora se saiba que uma bomba nuclear bastaria para varrer os Açores do mapa, o único comentário que as declarações do general Lemnitzer mereceram dos "patriotas" do Diário da Manhã é significativo do pensamento do ditador fascista: "O perigo pode não entrar pela porta da Europa Ocidental e preferir introduzir-se pela porta da África". Que os Açores sejam hoje uma colónia americana e que Portugal esteja a ser transformado numa plataforma de agressão para uma guerra de extermínio da humanidade — isso não tem a menor importância para o fascismo.

### O CASO DELGADO

Novos e importantes elementos foram trazidos a lume sobre o "caso Delgado", contribuindo decisivamente para o progresso das investigações em curso, sob a direção do juiz espanhol José Maria Crespo. Pela matéria que a respeito publicamos em outro lugar desta edição, verificarão os nossos leitores até que ponto tem sido decisivo para o gradual esclarecimento da trama o trabalho realizado pela oposição democrática portuguesa e, particularmente, pelos membros da Junta Revolucionária Portuguesa da FPLN.

A interferência na preparação da criminosa cilada do agente provocador Mário de

Carvalho é um facto que não pode mais ser posto em dúvida e, tão logo seja possível forçar o dito aventureiro a prestar declarações, novas perspectivas se abrem a um rápido esclarecimento da verdade. A participação no plano criminoso montado pela PIDE do latifundiário alentejano Guilherme Gião, agora provada, é outro novo elemento, cuja importância não pode também ser subestimada. Peralvilho de Reguengos de Monsaraz que passa o tempo nos bares de Lisboa e do Estoril em bebedeiras contínuas, esse Gião tem por hábito viajar todos os anos para o Exterior onde vai gastar o dinheiro amealhado nas suas herdades com a exploração dos trabalhadores. Cedo ou tarde irá a Madrid ou Paris e dará com a língua nos dentes, se fôr forçado a depôr.

Chamando a atenção para todos esses elementos novos, regozijamo-nos pela circunstância de os mesmos, terem sido o resultado do trabalho da oposição democrática portuguesa.

### SALAZAR: FICO!

Não submeteremos a paciência dos nossos leitores à provação de um longo comentário sobre as comemorações fascistas do último 28 de Maio. Essas festividades decorreram no ambiente que por lógica lhes estava reservado. A ditadura celebrou em família os seus quarenta anos de existência. Todo o aparato oficial imprimido às cerimónias não pôde esconder a verdade transparente: a ausência apreciável, arregimentada nuns casos sob pressão da máquina corporativa e sindical do fascismo e noutros — caso dos camponeses — mercê de promessas e favores.

Salazar compareceu. Pela primeira vez na vida, voou de avião. E fê-lo para botar discursata do Palácio dos Arcebispos onde, segundo os jornais portugueses, a multidão o saudou "como o mais antigo estadista em função no mundo". Da retórica arenga, enfandonha no geral, e pródiga na invocação de benções no particular, merece destaque o parágrafo final. Aí, o ditador, depois de aludir ao lindo dia de Maio, aos antigos arcebispos bracarense, a quarenta anos de fascismo e ao monumento a Gomes da Costa acrescentou textualmente: "Eis um belo momento para pôr ponto nos trinta e oito anos que levo feitos de amargurado Governo". Mas logo, não fôsse alguém ter a estúpida idéia de tomar ao pé da letra as suas palavras, foi logo esclarecendo: "Só não me permito a mim próprio

(Continua na pág. 7)

# MOÇAMBIQUE EM GUERRA

Teresa Sá Nogueira

Numa África traumatizada por orises de libertação e poder, ansiando por um equilíbrio que ainda nem se desenha no horizonte, Moçambique aparece como uma das derradeiras zonas de massacre consentido pela indiferença universal.

Colônia portuguesa onde sete milhões de negros são mantidos ainda hoje em regime de primitivismo e terror, Moçambique, de 771.225 km<sup>2</sup> de extensão, é um triste exemplo de uma terra onde em nome da fé e da civilização se praticam as violências mais atrozes. Uma economia estagnada, um profundo racismo em toda a estrutura social e política, uma mitologia de "não discriminação" amplamente fornecida ao exterior. A realidade nega terminantemente essa feição romântica de "colonialismo missionário", só aceita por aqueles que se costumam deixar embalar em palavras vazias de sentido. Em Moçambique, um homem de cor negra é "coisa" a baixo preço, sem nenhuma espécie de direito a quem tudo se pode exigir.

Não há leis de *apartheid*, nem são precisas. Toda a discriminação é feita naturalmente e pouco ou nada fica a dever aos padrões sul africanos que lhes servem de modelo. Todos os caminhos estão fechados para um homem de cor. A opressão no trabalho, na sociedade, na repartição de bens e tarefas é de uma brutalidade tal que dificilmente encontra semelhança em outro lugar. Todo o progresso, todas as leis de proteção ao africano são de fachada, não iludem ninguém ali.

Tal como em Portugal, a economia é retrógrada, assente na quase gratuitidade da mão de obra; a industrialização é nula; capitais estrangeiros, andam na exploração de quase todos os produtos primários da terra. As concessões, as manobras, as especulações são constantes: a Gulf Oil, por exemplo, que sempre negou a existência de petróleo no subsolo moçambicano, que "desinteressadamente" perfurava desde 48 em regime de exclusividade, teve a sua mentira desmascarada em 65, com um incêndio num Poço da Beira.

Os números, porém, fornecem a medida do atraso em Moçambique: 99% da população africana é registrada como analfabeta, 0,4% como civilizada. Com a maior taxa de mortalidade infantil e adulta de toda a África. Com uma emigração quase igual em número ao de todos os restantes países africanos somados. Com todas as doenças características de regiões subdesenvolvidas a devastar a população negra. Com a fome, o medo, o desespero agarrados à pele.

Pelas suas condições económicas, a massa africana não tem qualquer possibilidade de melhoria. O salário médio de um homem, na cidade não atinge 400\$00. Não dá para comer todos os dias. A educação é lhe inacessível. O ensino ministrado nas missões católicas, deficiente: exploram a capacidade de trabalho do aluno em vez de se preocupar com

ra assassinar o General Delgado. Foi sempre por intermédio de Mário de Carvalho que Humberto Delgado esperava notícias todos os quinze dias, do dito dr. Ernesto Castro e Souza.

Mário de Carvalho nunca se opôs à reunião de Badajoz. O que ele queria era adiá-la para data posterior, pois soube que o grupo do Porto não poderia lá chegar na data prevista. Com efeito, o plano da PIDE devia ser mais ambicioso: além do General Delgado preparava-se para atingir outros elementos da oposição.

a sua alfabetização. Na região dos macondes, no norte, as missões prosperavam com a exportação para a América do artesanato local. Cada peça de madeira negra — algumas verdadeiras obras primas — era paga por um escudo...

Quaisquer veleidades de participação ativa em manifestações culturais, associativas ou recreativas estão vedadas ao negro sem necessidade de leis expressas. Restam-lhe apenas postos servis: contínuo, servente, varredor da câmara, criado de mesa, enfermeiro auxiliar. A Universidade de Lourenço Marques, com três anos de existência, conta apenas com meia dúzia de privilegiados negros. O único advogado de cor está preso. Outros africanos, formados, não existem, em Moçambique. O único aviador que havia, em 65 (sargento Gromicho) era utilizado decorativamente em todas as cerimónias oficiais, bem como o escasso grupo de intelectuais negros que hoje pagam a sua revolta nas celas da Pide: o poeta José Craveirinha, o escritor Luis Bernardo Howana, o jornalista Daniel Massaia, o pintor Malangatana Valente. A poetisa Noémia de Sousa exilou-se há muito. O "Centro dos Negros", única sede de convívio, cultura e assistência criada e dirigido por homens de cor, foi encerrado quase ao mesmo tempo que a Sociedade de Escritores, de Portugal. O vice-presidente do "Centro" foi torturado até à morte, o presidente e os estudantes que lá davam aulas gratuitas foram presos. A "Casa dos Estudantes do Império" em Lisboa foi encerrada na mesma altura, pelo "crime" de ter publicado poemas de José Craveirinha.

Moçambique, colônia explorada, onde o regime de terror ainda é mais violento que o de Lisboa: qualquer africano que se distinga é quase automaticamente preso como terrorista. A cadeia da Machava está cheia: negro só é submetido a julgamento se tem alguma importância internacional. Se é conhecido. De resto, todas as noites, fardos sinistros saem pelas trazeiras da Machava: ninguém se pode aproximar ou protestar. Os campos de concentração do Ibo enchem-se e esvaziam-se periodicamente: todos os sistemas de tortura ali são empregues. Como é do domínio público, o general Caeiro Carrasco, ex-comandante chefe das tropas da colônia, deu a ordem que o tornou tristemente conhecido: "todas as crianças de oito anos para cima devem ser mortas, pois dentro de três serão terroristas"...

A máquina destruidora que em Angola já tinha atingido o requinte da crueldade, entrou de novo em funcionamento quando a 25 de setembro de 64 a "Frelimo" iniciou a revolução armada em Moçambique: massacres, destruição de aldeias inteiras, napalm, tortura, prisões indiscriminadas.

A fuga pela África do Sul torna-se impossível: o governo devolve refugiados. A polícia inglesa da Suazilândia também trabalha em colaboração com a Pide, permitindo raptos e assassinios em seu território.

As companhias concessionárias estrangeiras fecham os olhos: não lhes convém hostilizar um regime onde tantas facilidades lhes são concedidas. O trabalho forçado e quase gratuito do negro fornece o melhor dos motivos para todo o apoio a manobras salazaristas na arena nacional e internacional. Moçambique, colônia com um atraso social e económico de séculos: sem médicos, sem escolas, sem hospitais em número que chegue. Com um mercado de escravos ainda hoje em bom funcionamento: cem mil cabeças negras são vendidas anualmente para as minas de ouro do Rand. A utilização de portos moçambicanos para carga e descarga de produtos sul africanos é a base do tratado da WNLA, assinado em 1909 e revalidado em 40 por Salazar. A taxa de cento e cin-

coenta escudos é o preço de um homem, pago fielmente por Verwoerd.

As minas de ouro sul africanas são lucrativas pela exiguidade de salários pagos aos trabalhadores, na sua quase totalidade moçambicanos. Apesar do regime prisional e da dureza do contrato, muitos são os que voluntariamente se apresentam. Não têm alternativas: o trabalho em Moçambique ainda é mais violento e mal pago.

Assente sobre tais realidades, a ideologia salazarista continua a insistir no espírito católico da ação civilizadora. Com o negro afastado de qualquer centro de convívio, atraído para ghettos pantanosos dos subúrbios das cidades, ou para aldeias sem qualquer espécie de assistência. Com a miséria e opressão de todo um povo cruelmente explorado através de séculos. Com a imprensa amordaçada. Com a ignorância sabidamente utilizada na confusão de patriotismo e colonialismo, Salazar é responsável pela sementeira de ódio que vem transformando Moçambique numa das maiores arenas de sangue de toda a África. Salazar é responsável pelo ódio ao negro que instila nos jovens soldados ainda não esclarecidos a quem através do serviço militar obrigatório transforma em animais de extermínio. A elevação do número de deserções de graduados, especialmente no próprio campo de combate, e a fuga para o exílio, é a mais evidente denúncia de que a juventude se recusa a colaborar no genocídio ordenado pelo ditador).

Salazar é responsável pelo ódio com que a maioria dos africanos pronuncia hoje o nome de Portugal. Salazar é responsável pela condenação quase universal que o seu regime trouxe a um país até então respeitado: neste momento ainda se confunde o povo de Portugal com o ditador que há 40 anos o oprime e sufoca.

Quantos séculos, quantas gerações vão ser precisas para lavar a vergonha que um homem só conseguiu trazer a uma Nação?

## A mentira

«Temos conseguido, apesar de tudo manter a orientação que nos impusemos: fomentar o desenvolvimento e a expansão da economia portuguesa.»

«As torrentes caudalosas de prosperidade, engrossadas por meios artificiais, continuamos a preferir a riqueza que brota natural e ordenadamente do trabalho nacional e se distribui equitativamente por todos os elementos da população.»

(Salazar ao «New York Times», 24-3-66).

## A verdade

Portugal apresenta o mais baixo consumo per capita em toda a Europa de carne, leite e ovos.

40% dos portugueses são analfabetos e só 0,8% têm cursos superiores.

De 1910 a 1925 a média anual de escolas construídas era de 134; agora é de 68. Apenas 2,3% dos estudantes são oriundos das classes trabalhadoras.

O preço de alugueis aumentou de 93% entre 1949 e 1961.

Portugal apresenta a mortalidade mais alta da Europa nas seguintes doenças infecciosas: tuberculose, difteria e febre tifóide; no sétimo vem em segundo lugar e quinto ao antraz ocupa o terceiro na escala mundial.

Um milhão de portugueses vive em localidades não servidas por estradas.

11.201 povoações com mais de 100 habitantes e 15.000 de menos de 100 habitantes não têm água corrente.

(Extraiado dos Boletins Oficiais do Estado fascista e dos Anuários do ONU).



## NOVOS ELEMENTOS SÔBRE A MORTE DE HUMBERTO DELGADO

No Boletim que publica regularmente em francês (Maio) a Frente Patriótica de Libertação Nacional divulgou novos e importantes elementos que representam uma valiosa contribuição para o esclarecimento do assassinio do general Humberto Delgado e da sua secretária Araryr Campos.

Pela sua importância, reproduzimos abaixo essa matéria:

«No dia 18 de abril de 1966, dois dirigentes da FPLN, membros da Junta Revolucionária Portuguesa, Fernando Piteira Santos e Pedro Ramos de Almeida, dirigiram-se, o primeiro a Madrid e o segundo a Roma no quadro de ação da FPLN, para esclarecer o caso Delgado.»

Fernando Piteira Santos tinha recebido uma convocação assinada pelo juiz espanhol Crespo Marquez para depôr perante o tribunal espanhol encarregado do inquérito sobre o assassinio do General Delgado. Essa convocação vinha acompanhada de um salvo conduto emitido pelas autoridades espanholas e de outras garantias indispensáveis à sua deslocação. Pôde assim apresentar ao tribunal espanhol provas materiais relativas à preparação do assassinio do General Delgado por agentes da PIDE e fascistas de diversos países, que foram consideradas pelos advogados espanhóis como as mais importantes apresentadas até o momento.

Na mesma ocasião encontravam-se também em Madrid entre outras pessoas a viúva e o filho do General Delgado e seu advogado dr. Mário Soares. O agente da PIDE Gonçalves Semedo e Guilherme Gião, proprietário da herdeade onde se haviam reunido os assassinos, recusaram-se a ir a Madrid, como já fizera o provocador Henrique Cerqueira, de Rabat.

Pedro Ramos de Almeida fez na mesma ocasião, em Roma, uma conferência de imprensa para tornar públicas as principais conclusões que advieram das provas que foram apresentadas ao tribunal espanhol. Essa conferência teve larga repercussão na imprensa e na rádio italianas. Além disso, Pedro Ramos de Almeida entregou aos advogados italianos da família Delgado, o professor Vassali e dr. Nicola Lombardi, as mesmas provas apresentadas ao tribunal espanhol em Madrid.

Os novos elementos relacionavam-se sobretudo com os preparativos do crime e indubitavelmente, permitiram as seguintes conclusões:

1 — O General Delgado, antes de ser atraído à emboscada de Badajoz, onde perdeu a vida, foi atraído por ação de provocadores ao serviço da PIDE, a uma armadilha política: a sua separação da Frente e de uma grande parte do movimento democrático português e uma pressão sempre crescente para arrastar todos a aventuras sem futuro e de grande risco. A emboscada de Badajoz é o resultado direto dessa armadilha política.

2 — Na preparação da emboscada de Badajoz, além de aventureiros irresponsáveis, tomaram parte agentes provocadores da PIDE, elementos fascistas e ex-colaboracionistas estrangeiros, italianos e franceses, elementos de uma internacional do crime que hoje ameaça os democratas de muitos países.

3 — A preparação da emboscada salazarista, que se realizou em diversos países, desenvolveu-se sobretudo a partir da Itália.

4 — Nessa preparação o agente provocador da PIDE Mário Alexandre Tavares de Carvalho, ou Mário de Carvalho Arriaga, ou Mário de Carvalho teve um papel importante. Uma grande parte das declarações feitas por Mário de Carvalho à imprensa italiana demonstraram ser totalmente falsas.

### ASSIM:

Mário de Carvalho, especialmente a partir de 1961 e sobretudo de 1964, elemento que era totalmente desconhecido da oposição portuguesa, desenvolveu uma grande atividade no sentido de obter o isolamento do general Delgado, separando-o do conjunto das forças democráticas. Essa atividade está largamente documentada por escritos do próprio Mário de Carvalho.

Para conseguir isso, a PIDE e elementos fascistas italianos especulando com as características de personalidade do General Delgado, colocaram à sua disposição, por intermédio de Mário de Carvalho, "meios de ação" que podiam assegurar-lhe o sucesso rápido de uma revolta armada, o que lhe podia poupar um longo e complexo processo político. A título de exemplo:

Mário de Carvalho, apresentou-se ao General Delgado como dirigente de uma organização que controlava 4.617 revolucionários espalhados pelo País e tinha ainda 500 "sob observação";

prometeu obter, sendo necessário, apoio financeiro, documentos, armas, com a colaboração de certos elementos italianos;

prometeu o apoio de conhecidos oficiais do exército português totalmente estranhos a uma iniciativa desse género.

informou o General das prisões e assassinios de elementos de sua organização, que jamais se realizaram.

No decurso desta manobra, Mário de Carvalho convenceu o General da necessidade de ter uma reunião de oposição perto da fronteira, da qual ele Mário de Carvalho devia participar.

No dia 27 de Dezembro de 1964, Mário de Carvalho levou de Itália e apresentou ao General Delgado, no decorrer da famosa reunião de Paris, onde ficara decidido o encontro em Badajoz, o citado dr. Ernesto Castro e Souza, um dos quatro agentes da PIDE que atravessaram a fronteira em São Leonardo, a 13/2/1965, pa-



Moçambique, 1966: africanos cujo grau de cultura não ultrapassou a fase neolítica, carregam os restos de um antilope encontrados na selva, na região de Marroneu. Quatro séculos de ocupação colonial deixaram certas populações no estado de primitivismo em que viviam e escravizavam outras, que haviam já atingido apreciável grande civilização, como as do litoral, relegando o homem moçambicano à condição de habitante de um gigantesco parque zoológico.

# LIBERDADE

A liberdade não é apenas uma palavra. Não é só um conceito abstracto. Num país como o nosso, a liberdade, mais do que uma necessidade política, é uma necessidade vital.

Para os milhares e milhares de portugueses que o fascismo explorou e tiranizou, a conquista da liberdade significará, terá de significar, a possibilidade de cada um ter uma vida digna de acordo com a sua qualidade de homem, de acordo com tudo aquilo que em pleno século XX é imperioso que um homem tenha:

a liberdade de comer e de vestir; de ter casa, de ter acesso à cultura, às distrações e divertimentos que hoje são apenas privilégio de alguns; a liberdade de cada um poder exprimir o seu pensamento sem qualquer mordaza;

a liberdade dos homens se organizarem de acordo com os seus interesses, as suas tendências, o seu credo político ou religioso;

a liberdade dos operários se organizarem em Sindicatos que sejam, de fato, sindicatos operários;

a liberdade dos estudantes se organizarem em associações que sejam livremente dirigidas por estudantes;

a liberdade dos intelectuais, dos escritores, dos artistas, dos cientistas se poderem entregar sem qualquer limitação a um autêntico trabalho de criação e investigação;

a liberdade do Povo poder escolher por meio de eleições realmente livres aqueles que serão, de fato, os representantes do Povo no Poder.

E, porque no Portugal de Salazar a liberdade é apenas uma palavra assassinada e proibida, porque o fascismo roubou a milhares e milhares de portugueses a liberdade de comer, de vestir, de ter casa, de poder viver em paz na sua própria terra;

porque a liberdade de expressão de pensamento é constantemente amordaçada pela censura salazarista;

porque os trabalhadores não têm o direito de se organizarem em sindicatos que defendam realmente os interesses dos trabalhadores;

porque as associações estudantis são vítimas duma perseguição constante;

porque os intelectuais portugueses são perseguidos, muitas vezes presos e condenados, muitas vezes obrigados a exilar-se;

porque ainda recentemente foi dissolvida a Sociedade Portuguesa de Escritores;

porque ao povo português não é dado o direito de escolher por meio de sufrágio direto e universal o Chefe do Estado;

porque as eleições em Portugal são uma farsa;

porque no Portugal de Salazar anda um bando de assassinos à solta e esse bando é a PIDE que prende, tortura e mata todos os portugueses que se recusam a viver de joelhos;

porque no Portugal fascista reina o terror e a miséria e o próprio direito à vida é constantemente violado;

Todos aqueles que não estão direta ou indiretamente ligados aos monopólios aos bancos, aos trustes nacionais e estrangeiros que exploram as nossas riquezas;

Todos aqueles que não são latifundiários, donos de centenas ou milhares de hectares de terra ligados aos grandes bancos e aos monopólios;

Todos aqueles que não têm qualquer ligação com o aparelho militar policial fascista estão objectivamente interessados na conquista da liberdade. Necessitam da liberdade política para poderem sobreviver como cidadãos, como indivíduos e como Povo.

Todos aqueles que são o povo — e o Povo no Portugal fascista é o conjunto dos que são explorados, oprimidos, perseguidos, violentados — todos aqueles que são o Povo, precisam urgentemente, individual e coletivamente, de poder respirar. Precisam da liberdade política.

Eis por que razão a conquista da liberdade não é a empresa dum só homem, nem dum só partido nem duma só corrente ou agrupamento político...

Mas a empresa urgente e necessária de todo o Povo — um Povo que para sobreviver precisa de se unir e organizar, precisa de conquistar, pelas suas próprias mãos, a liberdade, que o mesmo é dizer: o direito à vida.

(Editorial publicado em "LIBERDADE", órgão da FPLN, março de 66)

## UM INSULTO À VIDA E À DIGNIDADE HUMANA

MARIA LUISA COSTA DIAS

Não se pode encarar o grave problema da lei fascista das "medidas de segurança" no plano político, desligado da sua imensa ressonância no campo dos direitos humanos.

Porque o fundamental da concepção do respeito pela dignidade do Homem, o que lhe dá sentido e valor está profundamente ultrajado naquela lei do fascismo português, nós encontramos em número progressivamente crescente entre as fileiras dos que combatem pela sua abolição, as mais variadas correntes de opinião nacional e internacional.

Pesa ao Ministro da Justiça do governo de Salazar que seja, no sistema político-repressivo do regime que serve, a lei das medidas de segurança "o alvo sobre o qual incidem com mais violência as críticas" dos democratas e do povo português e sobre que, no campo internacional, podemos nós afirmar, com mais vigor e severidade tem caído a condenação das mais eminentes personalidades, das mais prestigiadas Organizações jurídicas, políticas, sindicais e sociais.

E porquê?

Para tentar abafar o drama e a revolta do povo português contra a exploração criada pelo domínio dos monopólios nacionais e internacionais, contra a política de guerra que lhes alarga a ação, contra a ausência de liberdades democráticas que lhes deixa as mãos livres, o fascismo português precisava de lançar mão de um meio que tornasse "aceitável" por uma "consciência social" o processo de liquidação de todos os seus adversários políticos.

E assim criou a lei que coloca juridicamente no mesmo plano dos "vagabundos, dos mendigos, dos anormais perigosos", os milhares de homens e mulheres que na defesa da soberania e independência nacional, como na luta contra a exploração de que é vítima o povo português, não recuam perante a perda da liberdade e não poucas vezes da vida, que sofrem nos seus lares todas as provações com que a impiedosa perseguição fascista os flagela; para quem a felicidade pessoal só tem significado integrada na felicidade do povo português.

De "socialmente perigosos", classifica-os a lei. Devendo manter-se afastados do convívio social" determinam os Tribunais ao serviço da polícia política, a quem a mesma lei

confere autoridade para "propôr" a sua aplicação.

Em que parte do mundo é que o ideal de paz, progresso social, emancipação humana, elevação cultural, trabalho criador, independência nacional, por que se batem os patriotas portugueses, foi classificado por lei, aspirações de "irresponsáveis e anti-sociais"?

Que tal monstruosidade jurídica significa para os nossos patriotas a prisão perpétua, todos o sabemos.

Conta-se por cerca de uma centena o número de presos e presas políticos que no momento presente têm já as suas penas cumpridas e sofrem a aplicação do primeiro período, do segundo ou do terceiro, de 3 anos sucessivos de prorrogação das "medidas de segurança".

Segue-se-lhe a longa lista dos que em prazo mais ou menos curto deverão entrar na mesma situação. Antecede-a a daqueles a quem a força da solidariedade nacional e internacional salvou da morte, arrancando-os às grades da prisão perpétua.

Neste largo e simultaneamente breve quadro, se inscreve todo um drama de valores humanos, no qual se cruzam, com a mais heróica luta

política, uma tenaz resistência e luta activa contra o aniquilamento físico, psíquico e moral, que o fascismo procura consumir através da SUA lei das "medidas de segurança".

É com indizível alegria que assistimos ao avolumar do coro, que em ritmo progressivamente crescente se ergue, de vários Continentes e países, clamando pela abolição daquela lei.

Nesta mobilização internacional, tomam calorosamente parte, individualidades, Organizações Sindicais, Femininas, Sociais, Estudantis e Intelectuais da Argentina, Uruguai, Chile e Brasil.

Constatamo-lo com a profunda emoção de quem tem bem viva perante os seus olhos a imagem daquelas e daqueles a quem tantas vezes ouvimos as palavras: "Ah! se eles soubessem!" Que confiança, homens e mulheres democratas do mundo inteiro! Que confiança no esforço conjunto de todos nós para a defesa daqueles cuja ação na luta contra o fascismo, se coroa de honra e glória.

## Uruguaios exigem a libertação de S. Ferreira

Durante a II Convenção Nacional de Mulheres de Uruguai, as delegadas a esse conclave, representando centenas de milhares de mulheres uruguaias, enviaram ao Ministro da Justiça de Portugal o seguinte telegrama: "As abaixo assinadas, delegadas a "II Convenção Nacional de Mulheres", em conhecimento, pelo relatório da delegada da União de Mulheres Portuguesas, da repressão que sofre o Povo Português e verdadeiramente interessadas que sejam postos em liberdade todos os presos políticos portugueses e muito especialmente a operária SOFIA FERREIRA, por estar doente e ter terminado a sua condenação, solicitamos do Senhor Ministro de Justiça que seja decretada imediatamente a liberdade desta patriota portuguesa e a cessação das "Medidas de Segurança".

(aa) Glória Prieto, "Union Feminina del Uruguay"; Amneris Romelli, "Unión del Magisterio"; Suzana Fratelli, "Movimento Uruguayo por la Paz"; Gladiz Picción, "Asociación de Nurses"; Adriana Epagna, "Estudiantes Universitarios"; Juana Carderes, "Centro de

Mujeres Universitarias"; Julia Arevalo (Edil); Sônia Dutreni, "Congreso Latinoamericano de Mujeres"; Irene Ramos, "Central de Trabajadores del Uruguay"; Irene Perez, "Comisión de la Mujer Trabajadora"; Laura Nadales, "Federación de los Obreros de Lanús"; Delia Maldonado, "Congreso Textil"; Sonia Tobias, "Unión de Mujeres Israelitas"; Ana Luciano, "Unión de Mujeres Eslavas"; Virtudes Vasquez, "Unión de Mujeres Españolas"; Mercedes Vera, "Federación de Profesores de Secundaria"; Irolinda Pereyra, "Sincato del Consejo del Niño"; Celina Pereyra, "Sindicato de la Aguja"; Carmen Mendez, "Federación de Empleados del Comercio"; Dolores Costil, "Asociación de la Prensa"; Deolinda Barrete, "Unión de Mujeres Paraguayas"; Maria Júlia Campitrous, "Comité de Montevideo"; Amelia Suarez, "Comité de Soriano"; Renee Claggett, "Comité de Maldonado"; Tereza Iraola, "Comité de Salto"; Zelia Hernandez, "Comité de Paysandu"; Júlia Porto, "Comité de Mercedes"; Maria del Carmen Alegre, "Comité de Tacuarembó"; etc.

## 3.ª Conferencia para a anistia, em Toronto

Em Toronto, no Canadá, prosseguem activamente os trabalhos de organização da III Conferência para a Amnistia aos Prêcos Políticos Portugueses, cuja realização está prevista para o próximo outono.

Os órgãos constitutivos do certame estão já praticamente formados, e podemos desde já informar que:

I — A entidade patrocinadora é exclusivamente integrada por eminentes personalidades canadianas;

II — A Conferência contará com a participação efetiva de destacados anti-fascistas portugueses vindos de todo o mundo;

III — Serão convidadas individualidades estrangeiras de vários países da Europa, America, Africa e Asia a participarem do conclave;

IV — Serão pedidas mensagens de apoio aos objetivos da Conferência a figuras representativas do mundo das Artes, das Letras e da Política.

Todos os pedidos de informações devem ser endereçados à Portuguese Canadian Democratic Association, 322, Bathurst St, Toronto 2B, Ontário, Canadá.

## NEGOCIATA OU QUÊ?

Discursando no ato de assinatura de um importante contrato entre a Empresa Termotécnica Portuguesa e a OUP, o eng. Leite Pinto, presidente da Junta de Energia Nuclear fez declarações que foram muito comentadas, causando péssima impressão junto da opinião pública.

Segundo o sr. Leite Pinto, o caminho do futuro, enquanto não entrarmos em Portugal na era da energia nuclear, está na construção das centrais térmicas, pois "as nossas reservas hídricas, compostadas em 14 bilhões de KWh, só em parte aproveitadas, podem conduzir a custos competitivos com as centrais térmicas porquanto os aproveitamentos se apresentam à primeira vista bastante pulverizados".

A conclusão a tirar só pode ser uma: ou o sr. Leite Pinto quis dizer que as "grandes bargagens" de Salazar são a tradução de uma política energética contrária aos interesses do povo português ou então há grossa negociata entre a OUP e a Empresa Termotécnica Portuguesa.

# Pela amnistia e contra a repressão

## LIBERDADE PARA SOFIA FERREIRA E JOSÉ VITORIANO

Ascende a mais de 100 o número de presos políticos condenados a cumprir as famigeradas "medidas de segurança", eufemismo que esconde todo o horror de uma pena de prisão perpétua. Entre os patriotas que se acham nessas condições contam-se JOSÉ VITORIANO e SOFIA FERREIRA. A favor de ambos, isto é da sua imediata libertação vêm sendo mobilizadas a opinião pública internacional e nacional. JOSÉ VITORIANO, condenado a 4 anos, encontra-se preso há 13! SOFIA FERREIRA, condenada a 5 anos e 6 meses, permanece encarcerada há 7!

É necessário prosseguir com os esforços já realizados. Exijamos a sua libertação, em cartas enviadas ao "presidente" Tomás e aos ministros da Justiça e do Interior.

## PATRIOTAS TORTURADOS

São poucas e espaçadas as notícias recebidas sobre a situação actual de Rogério de Carvalho, Ilídio Esteves e Alvaro da Veiga Oliveira, três destacados antifascistas presos no final do ano passado.

De ILÍDIO ESTEVES sabe-se que a PIDE o submeteu à tortura durante doze dias, impedindo-o de dormir ao longo de nove dias consecutivos. Nem assim conseguiu abalar ao de leve a sua inquebrantável fibra. Ilídio Esteves não fez qualquer declaração não assinou papel algum e pôs-se em greve da fome, a partir do nono dia de torturas.

## PRESOS DOENTES

Segundo as últimas notícias recebidas, continua a ser muito delicado o estado de saúde de JOSÉ ROLIM. Preso há sete anos — embora condenado em 3 — acha-se quase inválido e, a menos que seja libertado para receber o tratamento médico adequado, a sua doença na coluna vertebral, muito grave, evoluirá rapidamente para uma paralisia geral.

O estado de saúde do capitão VARELA GOMES também é mau requerendo internamento hospitalar.

Renovamos por isso o apelo aos leitores para que exijam — por carta, abaixo-assinado, telegrama ou envio de simples recorte do nosso jornal — a imediata libertação de VARELA GOMES e JOSÉ ROLIM.

## INICIATIVA DA U.M.P.U.

A União das Mulheres Portuguesas do Uruguai prestou uma vez mais, no dia 19 de Maio — aniversário da tragédia de Baleizão — homenagem à memória de CATARINA EUFEMIA, a camponesa heróica abatida a tiros pelo tenente Car-

rajola, da Guarda Nacional Republicana.

Para comemorar a efemeride, editou um prospecto alusivo, contendo os dados biográficos de CATARINA EUFEMIA e de JOSÉ DIAS COELHO — outro patriota covardemente assassinado pela PIDE — e um apelo endereçado à opinião pública internacional, para que não falte com a sua solidariedade à luta do povo português. O documento em referência informa ainda que o Grupo Opinião Estudantil de Montevidéu, adaptou ao teatro as crónicas de DIAS COELHO publicadas no livro "Resistência em Portugal". Estava previsto um espectáculo para os últimos dias de Maio.

# Salazar na Imprensa

## SALAZAR E A REPRESSÃO

Os jornais de Lisboa deixaram, mais uma vez, de publicar uma petição que todos os anos, nessa época, chega às redações dos matutinos portugueses. É a petição anual de anistia geral para os presos políticos, feita sempre nos dias que antecedem o aniversário do regime do ditador Antonio de Oliveira Salazar.

E como sempre acontece, a petição é distribuída para os correspondentes estrangeiros em Portugal, que nunca deixaram de publicar o seu texto. Desta vez o memorando tem a assinatura de 115 advogados e escritores portugueses. A petição é endereçada ao presidente Américo Thomas e nela os intelectuais portugueses pedem ao regime de Lisboa que siga o exemplo do general De Gaulle e do generalíssimo Franco e conceda uma grande e ampla anistia por ocasião do quadragésimo aniversário do regime.

Parece mentira, mas Salazar já está há 40 anos no poder e disso, pelo menos, ele pode se orgulhar: vai passar para a história como o ditador que mais tempo durou no século XX. Os intelectuais portugueses citaram de Gaulle, com certeza para amaciar o ditador e, quem sabe, com isso tirar da cadeia alguns presos políticos.

A petição diz que existem centenas de presos políticos em todo o país e que por ocasião da reeleição de Américo Thomas, o governo conceda anistia para apenas 25 pessoas.

Embora o assunto não seja comentado abertamente, nos círculos diplomáticos de Lisboa acredita-se que há cerca de 700 presos políticos em Portugal, inclusive os nacionalistas das colónias portuguesas na África. O mais conhecido desses presos é o angolano Luandino Vieira, autor premiado pela Sociedade dos Escritores Portugueses. A SEP pagou caro o prêmio dado a Luandino — foi fechada pela PIDE, a polícia política.

Os intelectuais representam um dos grupos mais visados pelo regime de Salazar. Tanto assim que tiveram que fundar a sua Comissão Nacional para a Anistia, presidida atualmente pela escritora Sophia de Mello Breyner. Por ocasião da posse de Thomas, o governo libertou Maria Luisa de Costa Dias, Maria da Piedade Gomes dos Santos, Lindim Ramos, João Raimundo, José Carreira e Ivone Dias Lourenço. Mas ainda tem muito intelectual preso em Portugal.

As prisões do Aljube, Peniche, Forte de Caxias, Tarrafal e a famosa prisão da PIDE do Pôrto estão cheias de prisioneiros políticos. Somente no Tarrafal há 100 nacionalistas angolanos e guineenses. Por outro lado, alguns dos 1.200 estudantes presos na calada da noite durante os distúrbios de Coimbra de maio de 1962, nunca mais foram vistos por seus colegas e suas famí-

lias. Se a PIDE não os liquidou, eles ainda mofam nos cárceres portugueses.

Muitos presos políticos portugueses estão na cadeia há mais de quinze anos. O caso de Manoel Rodrigues da Silva é bastante ilustrativo: em janeiro do ano passado, num assomo de piedade, Salazar mandou libertá-lo. Manuel é um hemiplégico de 55 anos, que há 23 anos estava na prisão. E para ser posto em liberdade teve de pagar uma fiança de 10 mil escudos — 360 dólares — que seus amigos reuniram com grande sacrifício e risco. Um dos últimos detidos pela polícia de Salazar e que se encontra encarcerado em Lisboa é o engenheiro Alvaro Veiga de Oliveira, que viveu no Rio e em São Paulo durante vários anos trabalhando no planejamento de barragens.

Não se sabe ainda se no próximo sábado, quadragésimo aniversário da implantação da ditadura em Portugal, o governo libertará alguns dos presos políticos.

(Do "Jornal da Tarde" — "O Estado de S. Paulo", 26-5-66).

N. da R. — O artigo que acima reproduzimos contém várias inexactidões, que não escaparão a todos aqueles que acompanham de perto a marcha da repressão em Portugal. Transcrevêmo-lo por constituir um documento expressivo da revolta que hoje causa em todo o mundo a fúria repressiva do fascismo. O desprestígio do regime salazarista é de tal ordem que até os órgãos de imprensa representativos das tendências mais conservadoras — como é o caso do jornal transcrito — se sentem na obrigação de denunciar nos termos mais veementes o terror policial reinante em Portugal.

# PEQUENAS NOTÍCIAS

● A imigração clandestina prossegue em ritmo ascendente, apesar das precauções repressivas ultimamente tomadas pelo fascismo. Segundo o jornal "A Voz do Imigrado", de Strasbourg, nos Baixos Pirineus, a polícia interceptou só em tres dias do mês de Março nada menos de 327 clandestinos portugueses. Em Bayonne, foram interceptados mais 54.

● O dr. Jânio Quadros, ex-presidente da República Brasileira e grande amigo do povo português, concedeu uma extensa entrevista ao jornal "Semana Portuguesa", em que analisou os problemas da língua portuguesa do Brasil e outros concernentes à cultura lusobrasileira em geral.

● Morreram na guerra colonial, em Moçambique, o primeiro cabo Anibal Rodrigues Santos e o soldado Constantino Soares, e em Angola o soldado Manuel Alves Pereira.

● Faleceu em França o conhecido democrata dr. Filipe Mendes, antigo governador civil de Lisboa.

● A situação dos produtores algarvios de alfarroba é tão crítica, mercê da política de preços do governo, que o "deputado" Guerreiro Rua, embora tímidamente, chamou a atenção das autoridades fascistas para o facto.

● As estradas nacionais não correspondem de modo nenhum ao incremento da circulação automóvel. Os turistas estrangeiros queixam-se do seu péssimo estado, apontando a nossa rede rodoviária como a pior da Europa. O "deputado" Ernesto Lacerda, referiu-se ao problema na Assembléa Nacional fascista.

● O Boletim de Informação da FPLN (edição em francês, Maio), lembrou a necessidade da expulsão dos delegados fascistas e colonialistas portugueses da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

● A campanha "Uma hora voluntária de trabalho", promovida pela organização fascista Movimento Nacional Feminino dirigida pela sra. Cecília Supício Pinto constituiu um verdadeiro malogro. O objetivo do MNF é prestar assistência "espiritual, moral e material" aos participantes da guerra colonial.

● Segundo o diretor da TAP, eng. Vaz Pinto, Salazar ficou tão entusiasmado com o seu recente baptismo aéreo que estaria inclinado a visitar Angola, viajando de avião.

● Um avião do Aero Clube de Gaza explodiu em pleno vôo sobre o campo do Chibuto. Os dois ocupantes do aparelho pereceram no acidente. Suspeita-se de sabotagem.

● Em consequência da adopção de novos processos de limpeza mecânica, com material importado da Inglaterra, numerosos varredores da cidade do Porto ficaram desempregados.

● A PIDE informou o governo de que os médicos do Hospital S. João, no Porto, são elementos subversivos. Motivo: uma convocação para o Conselho Regional da Ordem dos Médicos, elaborada por esses médicos e em que se dizia "Que ninguém falte, pois a união faz a força".

● Os comerciantes de Viseu protestaram coletivamente junto do presidente da Câmara Municipal contra o aumento dos alugueiros das lojas de propriedade municipal.

● A polícia dispersou violentamente uma concentração de trabalhadores junto da Companhia dos Telefones, em Lisboa, na Rua Andrade Corvo.

● Na FEX, empresa americana de vestuário feminino, houve recentemente uma paralisação de trabalho. Motivo: os baixos salários.

● Os assalariados rurais que trabalham na Herdade dos Carvalhais, em Vendas Novas conquistaram um aumento de 10 escudos nas jornas, após corajosa luta.

● Um grupo de mulheres foi depositar cravos vermelhos nas campas dos seguintes patriotas: Luisa Paula, Maria Helena Magro, Maria Machado, Maria Isabel Aboia Inglês, José Dias Coelho, Miguel Ramos e Avelino Cunha.

● Os tanoeiros obtiveram em agosto um novo contrato coletivo de trabalho que lhes garante um aumento salarial de 3 a 10 escudos e outras vantagens.

● Em Vila Franca de Xira, a PIDE assaltou as livrarias e apreendeu o livro "A fome sentou-se à mesa".

● Na Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal a PIDE proibiu a realização de colóquios, bailes e festejos de qualquer espécie.

● O SNI cortou o subsídio de 60 contos mensais que vinha concedendo ao Teatro Experimental do Porto. Motivo: o agrupamento levava à cena a peça "Desperta e Canta", do autor norte-americano Clifford Odets, cuja ação decorre durante a crise capitalista de 1930.

● A GNR, no Seixal, assaltou a sede da sociedade "Portugal, Cultura e Recreio". Procuravam literatura "subversiva", mas não encontraram nada...

● O Ministério da Educação Nacional vem aperfeiçoando a sua rede de informadores nas Universidades. Certos elementos dispõem de telefone directo ligado ao gabinete do ministro.

● Foi proibida pela PIDE uma série de conferências sobre Antonio Sergio que os estudantes do Instituto Superior Técnico haviam programado.

● Cinco candidatos a assistentes da Faculdade de Ciências de Lisboa foram recusados. Motivo: imposição da PIDE, segundo declarações do próprio director.

● Depois de suspensa durante tres anos, reapareceu agora a revista "Via Latina", como órgão da comissão administrativa fascista que o governo colocou na Associação Académica. Os estudantes chamam à revista "Via Latrinas".

● Por ocasião da "Tomada da Bastilha", os elementos da comissão administrativa com recelo de um assalto, fecharam-se na A.A.C. com bombas plásticas fornecidas pela PIDE e esmoletovas...

● Na Fábrica da Fiação Nacional de Lã, em Vila Franca de Xira, os patrões instalaram um clima de permanente terror, interrogando constantemente os operários e procurando levá-los a denunciar os companheiros.

● Por incompetência de um técnico norte-americano, que manobrava um guindaste, um operário português que trabalhava na Ponte sobre o Tejo caiu ao rio e morreu. A administração da ponte concedeu a um filho menor da vítima a indenização de nove escudos diários.

● Nos hospitais de Lisboa a falta de pessoal de enfermagem é cada vez mais presente. O Ministro da Saúde quer resolver o problema dilatando o horário de trabalho sem aumento de salários.

● O director do Matadouro Municipal do Porto exige que o pessoal realize os trabalhos de limpeza após terminado o serviço, fora do horário. Um trabalhador que protestou foi despedido.

● Com o argumento de que os lucros não corresponderam, a direcção do Banco Português do Atlântico suprimiu a gratificação ao pessoal.

● Mais 25 soldados desertaram do quartel de Sacavem.

● Para fugirem ao serviço militar e se enviam para África, cinquenta jovens do cascalho de Anadia emigraram clandestinamente para França. A PIDE destacou para a região da Bairrada, depois disso, uma brigada de quatro homens e uma mulher.

● Os barcos que chegam a Lisboa vindos das colónias vem cheios de caixões com as vítimas da guerra. O número varia de 10 a 20 por viagem, mas já houve um paquete que trouxe 60 de uma só vez.

● No chamado "Movimento Nacional Feminino", organização fascista, houve uma briga de senhoras, após se saber de um desfalque de 20.000 contos. Consta que a organização foi dissolvida.

● Foram inauguradas as carreiras aéreas regulares entre Londres e Faro. A Briga de Salazar com a Inglaterra é de pura fachada.

● Até a morte é cara em Portugal. As agências funerárias cobram preços que oscilam entre 5.000 e 14.000 escudos...

● Para tentar iludir os ingenuos e dar a impressão de tolerância religiosa, o governo fascista acaba de inaugurar uma mesquita em Bissau...

● Estão muito atrasados os trabalhos de montagem da sonda petrolífera em Santo António do Zaire, devido à actividade dos patriotas angolanos.

● Nada menos de 2137 açorianos emigram em Março para o Canadá e para os Estados Unidos.

● O jornal "Luzo Canadiano", de Montreal, protestou em editorial intitulado "Abre um atentado à Cultura Portuguesa" contra a extinção da Sociedade Cultural de Angola. O mesmo jornal, insurgiu-se contra a falta de um julgamento do Tribunal Plenário de Lisboa escreve: "Estes portugueses foram condenados apenas por reivindicarem melhores condições de vida e a restauração das liberdades democráticas em seu país."

## SALAZAR E O F.M.I.

O Fundo Monetário Internacional é uma organização evidentemente simpática a Salazar. Mas por motivos que não cabe aqui expor, Portugal não era ainda membro da famigerada organização. Só recentemente apresentou o seu pedido de admissão e, como era de esperar, a sua inscrição foi imediatamente aceite. Entretanto, com grande surpresa dos que, esquecendo a realidade que é a guerra colonial, imaginam Salazar atalhado de dólares, o governo português não pagou as vistas a conta que lhe foi atribuída. Teve de emitir promissórias! Estas serão uma no valor nominal de US\$ 10.434.782, correspondentes a 300.000 contos; uma no valor de US\$ 521.739 correspondente a 15.000 contos; e oito no valor de US\$ 17.391, correspondentes a 500 contos. As promissórias não são negociáveis nem vencem juros e são creditadas ao FMI no Banco de Portugal.

Apesar de toda a sua arrogância, Salazar já paga com promissórias, mesmo ao FMI. Que têm a dizer a isto os comandadores que por aí apregoam ainda o seu genio financeiro?

## Leia:

"Missão em Portugal", de Alvaro Lins

"Ibéria, Anistia, Revolução", de Jonas Negalha

"Salazar Visto do Brasil"

"Angola Através dos Textos"

"Os Últimos Dias do Fascismo Português", de Maria Archer

"Quando os Lobos Julgam", (a defesa de Aquilino Ribeiro)

"A Resistência em Portugal" crónicas de Dias Coelho, patriota assassinado pela PIDE.

PEDIDOS A NOSSA REDAÇÃO

QUARENTA ANOS DE LUTAS Notas e Comentarios

(Continuação da pág. 3)

Vitor Tomás

Se bem que diluídos na distância da Pátria, chegam até nós os clamores das trombetas publicitárias salazaristas. Festejam-se quarenta anos de governo fascista. Quatro décadas de opressão e de terror. Quatro décadas de negação dos portugueses como seres humanos livres e libertos. Quarenta anos que, em contrapartida, nos afirmam a fibra lutadora de uma nação. De um povo herói.

Nem o medo, nem o cárcere, nem o exílio, nem a morte, enfrentados a todos os minutos, abateram a coragem de uma luta desesperada e desesperante, pela liberdade negada. Comícios, inaugurações, paradas militares ou o assustador vôo razanante dos jactos da NATO jamais abalaram o clamor de repulsa que rugiu ao peito do mais modesto democrata português. Quer êle jaza na mais bela e infecta cela de Peniche, de Caxias, do Tarrafal, do Ibo, de Luanda, do Porto ou da Rua Antónia Maria Cardoso. Quer curta saudades pátrias em longínquos países da Europa, da África ou das Américas. Quer arraste ódios impotentes na estrutura do dia a dia lusitano. Ou enfra medos heróicos na clandestinidade da sua terra mãe.

A garra da opressão cada dia mais impotente, cada vez mais desesperadamente assassina, não pode já conter o caudal da vontade e da razão que a enfraquece e submerge. Nem a mais comprida ponte pênsil da Europa — a fraude maior da inteligência demoníaca do "anjo da pátria" — que o povo português pagou à América, em fome e miséria, os sessenta anos vindouros (quantas vezes o seu custo real?) conseguirá fazer a sombra necessária para a colheita dos louros com que o ditador pretende adornar o maquiavélico e desumano cérebro.

Por detrás das hossanas do fascismo, ecoa nos nossos ouvidos o chapechape sinistro dos remos dos esportistas, que, pela calada da noite, levanaram para o exílio os primeiros presos políticos. Dos detidos da Casa de Reclusão do velho forte de S. Julião da Barra embarcados nos carapineiros da morte, quantos não encontraram o caminho do regresso? Acima dos elogios pré-censurados, que os sequeiros dirão, escutaremos o matraquear das metralhadoras da G.N.R. e P.S.P. nas greves do Barreiro, da Marinha Grande, do Alentejo, de Guimarães, dos estivadores negros de Angola e Moçambique. (Quantos operários tombaram a pedir pão? Quantas mulheres caíram ao lado de Catarina Eufémia?) E ecoarão os estertores dos patriotas da guerra civil de Espanha, atraíção pela promessa de asilo político, para morrerem às mãos do carrasco espanhol na praça de touros de Badajoz. Que mais hediondo crime internacional nos aponta a história do mundo?

No pisar das botas de guerra, que os jovens arrastarão penosamente nos desfiles militares da Avenida da Liberdade, ouviremos os passos furtivos dos carrascos da PIDE do Porto carregando, pela porta das trazeitras nas noites negras da morte impune, os cadáveres dos torturados para o cemitério silencioso. Quantos covais sem inscrição escondem mártires anónimos?

No estrebuchar dos foguetes cantados a corpo do escultor Dias Coelho e estalarão os ossos do operário vidreiro António de Almeida, morto pelo esmagamento, a pontapé, dos membros genitais, na sala de torturas da R. António Maria Cardoso. Sfarão os revólveres que abateram traiçoeiramente a brasileira Arajary Campos e o general Humberto Delgado. Gritarão de terror e de loucura as presas violentadas nas celas de Caxias. Iluminarão a noite dos céus as cruzes mortuárias dos milhares de portugueses e dos mais váli-

dos, caídos em quarenta anos de luta heróica e tenaz, contra o jugo fascista.

E as lágrimas dos orfãos e das viúvas de quantos tombaram para sempre, regarão o champanhe que saberá ao sangue do martirizado Povo português.

Quarenta anos do festim mais bárbaro que a história pátria registrará para sempre!

Quarenta anos de almoeda internacional de uma nação que era, em 28 de Maio de 1926, o terceiro império do mundo!

Depois da hipoteca dos Açores aos americanos. Depois de perdas, sem honra, nem glória, por força de um colonialismo de exploração económica ultrapassada e condenável, as terras da Índia. De vendida Angola à Krupp. Depois do zenocídio dos ne-

Colonialismo e Anticolonialismo

"... Embora a situação colonial e a neo-colonial sejam idênticas na sua essência, e o aspecto principal da luta contra o imperialismo seja o aspecto neo-colonialista, achamos indispensável distinguir na prática estas duas situações. Com efeito, a estrutura horizontal da sociedade autóctone, apesar de mais ou menos diferenciada, e a ausência dum poder político composto de elementos nacionais, torna possível, na situação colonial, a criação duma ampla frente de unidade e de luta, indispensável aliás ao sucesso do movimento de libertação nacional. Mas esta possibilidade não nos dispensa da análise rigorosa da estrutura social indígena, das tendências da sua evolução e da adopção, na prática, de medidas adequadas para garantir uma verdadeira libertação nacional. Entre estas medidas, e não deixando de admitir que cada qual saiba melhor do que os outros o que deve fazer naquilo que lhe diz respeito, parece-nos indispensável a criação duma vanguarda sólidamente unida e consciente do verdadeiro significado e do objetivo da luta de libertação nacional que ela deve dirigir. Esta necessidade é tanto mais premente quanto é certo que, com raras excepções, a situação colonial não permite nem reclama a existência significativa de classes de vanguarda (classe operária consciente de si mesma e proletariado rural) que poderiam assegurar a vigilância das massas populares em relação à evolução do movimento de libertação. Ao contrário, o carácter geralmente embrionário das classes trabalhadoras e a situação económica, social e cultural do elemento físico mais importante da luta de libertação nacional — os camponeses — não permitem à duas principais forças desta luta distinguir, por si mesma, a verdadeira independência nacional da independência política fictícia. Só uma vanguarda revolucionária, geralmente uma minoria ativa, pode ter consciência, desde o início, desta diferença, e levá-la, através da luta, ao conhecimento das massas populares. Isso explica o carácter fundamentalmente político da luta de libertação nacional e dá, em certa medida, a importância da forma de luta no resultado final do fenómeno de libertação nacional.

Na situação neo-colonial, a estruturação mais ou menos acentuada da sociedade indígena no sentido vertical, e a existência dum poder político composto de elementos autóctones — Estado Nacional — agravam, já, as contradições no seio desta sociedade, e tornam difícil, se não impossível a criação duma frente unida tão ampla como no caso colonial. Por um lado, os efeitos materiais (principalmente a nacionalização dos quadros e o aumento da iniciativa económica do elemento indígena, em particular no plano comercial) e psicológicos (orgulho de se acreditar dirigido pelos seus pró-

rios compatriotas, exploração da solidariedade de ordem religiosa ou tribal entre alguns dirigentes e uma fração das massas populares) contribuem para a desmobilização de uma parte considerável das forças nacionalistas. Mas, por outro lado, o carácter necessariamente repressivo do Estado neo-colonial contra as forças de libertação nacional, o agravamento das contradições de classes, a permanência objetiva de agentes e de símbolos da dominação estrangeira (colonos que conservam os seus privilégios, forças armadas, discriminação racial), a pauperização crescente do campesinato, e a influência mais ou menos notória de fatores externos, contribuem para manter a chama do nacionalismo e para elevar progressivamente a consciência de vastos setores populares, e para reunir, com base precisamente na consciência da frustração neo-colonialista, a maioria da população em torno do ideal de libertação nacional. Além disso, enquanto a classe dirigente autóctone se emburgesa progressivamente, o desenvolvimento de uma classe trabalhadora composta de operários urbanos e de proletários agrícolas, todos explorados pela dominação indireta do imperialismo, abre perspectivas novas à evolução da libertação nacional. Esta classe trabalhadora, qualquer que seja o seu grau de consciência política (para além de um limite mínimo, que é a consciência das suas necessidades) parece, no caso neo-colonial, constituir a verdadeira vanguarda popular da luta de libertação nacional. Mas ela não poderá realizar completamente a sua missão no quadro desta luta (que não termina com a conquista da independência) se não se unir solidamente com as outras camadas exploradas, os camponeses em geral (empregados, agricultores, meeiros, pequenos proprietários agrícolas) e a pequena burguesia nacionalista. A realização desta aliança exige a mobilização e a organização das forças nacionalistas no quadro (ou pela ação) duma organização política forte e bem estruturada..."

Festejamos também, mas com as mãos limpas de sangue e do ouro dos vendilhões, quarenta anos de vida oferecidos ao mais belo e valioso Ideal humano: A LIBERDADE!

(excerto do discurso pronunciado por Amílcar Cabral, secretário geral do P.A.I.G.C., em nome dos povos das colónias portuguesas, em janeiro último, na cidade de Havana).

nem o gesto nem o propósito, porque no estado de desvairo em que se encontra o mundo, tal acto seria tido como seguro sinal de alteração da política seguida em defesa da integridade pátria e arriscar-se a prejudicar a situação definitivamente conquistada além-mar pelos muitos milhares de heróis anónimos que ali se batem."

É para nós, motivo de satisfação que Salazar se tenha exprimido com tanta franqueza. O FICO do ditador tem pelo menos a virtude de desarmar certos falsos democratas que, insistindo nas contradições internas do regime, procuram desmobilizar a Oposição, afastando-a da luta, na esperança ilusória de uma solução pacífica que tirasse Salazar do poder. Aí têm esses adeptos do salazarismo sem Salazar a resposta do "estadista mais antigo do mundo". O seu FICO vale por uma certeza daquilo que vimos repetindo há muito: o caminho que se abre ao povo português é de luta; a única solução possível para a derrubada do fascismo é uma solução de violência. Só o levantamento nacional pode libertar Portugal do fascismo e do seu chefe.

EMBAIXADA DO FASCISMO

Para assinalar devidamente 40 anos de fascismo, Salazar desencadeou em todo o mundo uma grande ofensiva de propaganda. O Brasil não escapou a ela. Teve mesmo a parte do leão. Primeiro foi a vinda do secretário nacional da Informação que andou pelo Rio. São Paulo e outras cidades entoando cânticos de louvor ao seu chefe e à obra do mesmo. Depois foi a inauguração da carreira Lisboa-Rio pela TAP, com quadri-retores. No bojo do primeiro Boeing que chegou veio uma estranha embaixada em que os ministros, as altas patentes militares, e os capitães de indústria se misturavam com diretores de jornais. A vedette da alegre troupe foi o saltitante director do "Diário Popular", a vetusta figura do sr. Martinho Nobre de Melo, ex-comissário da organização fascista da M.P.

Houve muito jantar, muito discurso, muito passeio... Mas ninguém levou a sério

essa embaixada de marionetes do fascismo. Cabe repetir o que temos dito inúmeras vezes: O Brasil verdadeiro, o Brasil cuja juventude magnífica se fez ainda há pouco representar em Lisboa pelo TUCA — apoteoticamente aplaudido pelos estudantes portugueses em jornada memorável — esse Brasil, não aceita a contrafacção de Portugal que o fascismo insiste em lhe servir. Os representantes autênticos da cultura brasileira, os universitários, os escritores, os artistas deste grande País não confraternizam nem dialogam com fascistas como o sr. Barradas de Oliveira, burocratas acacianos como o sr. Moreira Baptista ou Candidatos à herança salazarista como o sr. Marcelo Caetano. É tempo perdido mandar para aqui embaixadas constituídas na sua maioria de ovelhas do rebanho fascista.

PORTUGAL DEMOCRATICO
DIRETOR RESPONSÁVEL: Otávio Martins de Moura SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202
REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º
CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67
LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141
PELOTAS: Heltor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S.W. 8
BRUXELAS: Carlos Siqueira — Rue Jolly, 77 Schaerbeek — Bruxelles 3
HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.
CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário
A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1 Montreal 15, P.Q.
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas
URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo
CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Praha
FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" — 29, Rue St. André des Arts. — Paris — 6 ème.
REDAÇÃO:
Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo Caixa Postal 6248
EXPEDIENTE:
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso . . . Cr\$ 100
Assinatura anual . . Cr\$ 1.500
ANO X — N.º 108 — Julho 1966
Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

TABELA DE ASSINATURAS
Países Via aérea: Preço anual Avulso Exemplar
Estados Unidos, Canadá e América Latina US\$ 5,00 US\$ 50 cents.
Inglaterra £ 2-0-0 4 sh.
Alemanha DM 20,00 DM 2,00
Bélgica FB 270 FB 30
França, Argélia e Marrocos NF 25 NF 2,50
Holanda D.Gld. 20 D.Gld. 2
Suíça FS 20 FS 2
África do Sul R: 4,00 4 sh.
Portugal Esc: 150\$00 15\$00
Assinatura Especial para qualquer país US\$ 10,00
Via marítima
Portugal Esc.: 25\$00 2\$50

# Brasileiros exigem a libertação do engenheiro Veiga de Oliveira

As últimas prisões realizadas pela PIDE tiveram considerável repercussão no Brasil e isso pelo fato de entre os patriotas detidos e submetidos à tortura pela gestapo salazarista figurar o eng. VEIGA DE OLIVEIRA, que conta grande número de amigos neste país onde viveu e trabalhou durante vários anos.

Logo que os jornais noticiaram a prisão daquele democrata, os estudantes do Grémio Politécnico tomaram a iniciativa de redigir uma carta dirigida ao "presidente" Americo Tomás. Numerosos dirigentes e ex-dirigentes estudantis de outras Faculdades fizeram também questão de assinar o documento, pelo que o mesmo acabou por ser um protesto não apenas dos estudantes de Engenharia mas de representantes de todas as escolas e institutos da Universidade de S. Paulo.

A carta é do seguinte teor:

Exmo. Senhor  
Presidente da República de Portugal

Almirante Americo Tomas,

Através da imprensa tomaram conhecimento os signatários desta da prisão pela Polícia Política Portuguesa, PIDE, do engenheiro Alvaro Veiga de Oliveira, personalidade que viveu durante vários anos no Brasil onde, tanto pelas suas qualidades de carácter, como pela sua capacidade profissional granjeou inúmeras amizades. No noticiário referente ao assunto, informaram os jornais brasileiros que o eng. Veiga de Oliveira teria sido espancado e submetido à tortura por aquela polícia e inclusive privado de dormir durante duas semanas.

Como estudantes e profissionais de engenharia não podemos permanecer insensíveis a esses fatos. Em primeiro lugar porque nos interessa tudo o que diz respeito a Portugal como nação irmã. E, depois, porque as brutalidades que atingem o eng. Veiga de Oliveira, em manifesta violação dos princípios da Declaração dos Direitos do Homem assinado pelo Governo a que V. Exa. preside, nos ferem duplamente por se tratar de um profissional de engenharia distinto que durante anos colaborou no processo de desenvolvimento do Brasil através de estudos e projetos relacionados com a construção dos nossos principais empreendimentos hidroeléctricos.



Eng. Veiga de Oliveira

Nesta conformidade, em nome dos princípios da dignidade da pessoa humana e ainda dos sentimentos de fraternidade que unem nossos povos, vimos solicitar de V. Exa. se digne exercer a sua alta influência no sentido de que o eng. Veiga de Oliveira, preso por delitos de opinião, seja restituído à liberdade e castigados aqueles que o torturaram, envergonhando o nome português."

Seguem-se as seguintes assinaturas, a maioria delas de dirigentes e ex-dirigentes estudantis da Universidade de S. Paulo: Sylvio Band, Jorge Vehara, José Americo Viana, Antonio Carlos Gonçalves, Carlos Eduardo Braga, Luiz Duarte, Beyle de Abreu Freitas, Ernesto Buchler Marcelo Zimbres, Antonio Carlos Ferreira, Dilson Cardoso, Leila Tavares de Matos, Eduardo Yaziji, Edna Loda, Iracema Kulmann, Raymundo de Campos, Rita Moreira, Mayra Rodrigues, Alcio Lierno, Carlos Oliveira, Roberto Turtelli, Alcyr Eucide, Fabian Yacksic, Antonio Aquino Almeida, Getulio K. T., Cristovão Bueno, Hideaki Miyahie, Aluisio Rodrigues, Paulo de Tarso, José Fraga, Daniel Adler, Aldo Thomé, Tomaz Kowaltowski, Imre Simon, Antonio Coló, Claudio Dascal, Isaac Zingerevir, Mandel Carvalho Netto, Helio Shigueto, J. Taquiragana, F. Shuzoli, Mamoru Tsusuka, Roberto Lerner, Geraldo Sartoreto, Alberto Maltino,

Lourival Dalio, Jorge Fagali Neto, Artur Fonseca Pinto, Antonio Lopes, Antonio Vasconcelos, Boris Zampesa, Manuela de Almeida, Clodoaldo Nunes, Laizio de Oliveira, Walter Luiz Rogério, Luiz Carlos Kuzolite, Antonio Martins Rodrigues, Louriberto Reyes, José Roberto Arantes, Silvio Roberto Salinas, João Kizahaka, Acacio Yoshinoga, Natanael da Silva, Silvia M. L. Ribeiro, Arkan Simaan, Wilson de Campos Vieira, Ricardo Maranhão, Antonio Molina, Flavio Arruda, Fumio Yanaka, Luciano de Faria, Munir Yazbek, José F. Ruy, René Lapida, Zilda Schechter, Walter Pelizzari, Walter Vuolo, Aloisio Lima, Saburo Iheda, Cley Gama de Carvalho, Masamiti Nakano, João Gregório Filho, Leili Kameyama, Dali Shib, Antonio D. Filho, Ivo Fucci, Jairson de Lima, Julio Oiyé, Oswaldo Guimarães Filho, Carlos Busse, Alvaro Santos, Mauro Gomes dos Santos Filho, Paulo Toledo Arruda Jr., José Coeli Rocha.

## Lutas Populares

**CARRIS DO PORTO** — Os trabalhadores dos transportes colectivos do Porto, a cuja luta já aludimos em edição recente, continuam mobilizados em defesa das suas legítimas reivindicações. Entretanto, dadas as proporções assumidas pela repressão, o quadro da luta ampliou-se e após as grandes concentrações de protesto junto dos escritórios da empresa, muitos já não associam o combate presente ao problema do atendimento dos doentes no posto médico central. As cargas dos esbirros da PSP indignaram por tal forma todo o pessoal da Carris, que até os funcionários mais tímidos, que não haviam aderido ao movimento, se mostram agora dispostos a marchar juntamente com os seus companheiros.

O ministro das Corporações, recusando o abaixo-assinado dos trabalhadores, contribuiu para ampliar a luta, tal a indignação provocada pela sua atitude.

Tudo indica que o pessoal está disposto a realizar quantas concentrações sejam necessárias para impor o restabelecimento do anterior sistema de assistência médica. Para a coesão do movimento tem contribuído decisivamente o trabalho realizado pela comissão de unidade. Pensam os seus membros em levar a campanha aos jornais e ao INT, e também em enviar uma delegação à Assembléa Nacional fascista.

**FERROVIÁRIOS** — A luta dos ferroviários pela elaboração de um novo contrato colectivo de trabalho está assumindo uma intensidade cada vez maior.

Nas oficinas da CP e nos principais centros ferroviários

## Esclarecimento

A propósito de uma notícia publicada em nossa edição de Abril último escreveu-nos o sr. Carlos Veiga Pereira, esclarecendo que a sua comparação à Mesa Redonda promovida em Paris pelo Comité Francês para a Amnistia se verificou sem qualquer representatividade, mas na simples condição de observador, na qualidade de vítima da repressão em Portugal, onde foi, por duas vezes,

do País reina grande descontentamento, pois a direcção da Companhia não dá ouvidos aos pedidos de aumentos salariais da classe. Em face da inutilidade dos esforços que vêm sendo tentados junto do Sindicato, elementos mais dinâmicos estão criando comissões de unidade para dirigirem a luta de modo eficaz dando-lhe amplitude nacional. Pensa-se também em promover concentrações de protesto junto do Sindicato e dos escritórios da CP.

**METALURGICOS** — As teses defendidas no I Congresso Nacional da Fundação serviram para demonstrar quais são as disposições do patronato nesse importante setor da produção industrial portuguesa. A referência ao baixo preço da mão de obra portuguesa "de potencialidade produtiva tão mal aproveitada entre nós" (Jorge Ferreirinha) vale por um claro indicio de que os industriais da metalurgia se organizam para aumentarem os lucros à custa da exploração do trabalho. Pensam os Ferreirinhas, os Champallimaud e quejandos em incrementar os negócios, multiplicar os ganhos e criar novas instalações, mas permanecem surdos às reivindicações salariais.

Embora se trate de uma categoria profissional com um nível de organização baixo, as tradições de luta dos metalurgicos são de molde a levar-nos a crer que saberão lutar vitoriosamente pelos seus direitos espezinhados. Nalgumas das maiores empresas estão-se formando já comissões de unidade e noutras os operários começam a fazer "cera" como primeiro passo de um movimento cujo desfecho natural será a greve, se os industriais continuarem negando os aumentos salariais pedidos.

**MOTORISTAS** — No Sindicato dos Motoristas realizaram-se ultimamente várias assembleias com grande comparência de associados, para discussão do problema do aumento salarial solicitado pela categoria. As propostas do Grémio dos Industriais dos Transportes Automóveis, sugerindo aumentos insignificantes, de 10 a 13%, foram rejeitadas por unanimidade. Os motoristas exigem salários mais altos e a sua uniformização em todo o País.



Democratas portugueses realizaram no dia 1.º de Maio em Bruzelas um desfile com faixas e cartazes contendo palavras de ordem contra o fascismo salazarista.

## Ajuda à Comissão Nacional de Anistia

A soma arrecadada durante a última campanha do "Natal do Preso Político" e com a venda de quadros de pintores brasileiros foi enviada recentemente à presidente da Comissão Nacional para a Amnistia, escritora Sofia de Mello Breyner Andersen. A comissão de redacção do nosso jornal dirigiu, a propósito, a seguinte carta àquela escritora:

"Prezada Companheira:

Os democratas portugueses do Brasil vêm acompanhando com a maior atenção o importante trabalho desenvolvido desde a sua criação pela Comissão Nacional de Amnistia a favor das vítimas da repressão fascista. Era há muito nossa convicção que todos os esforços realizados, tanto no plano internacional como pela emigração política no sentido de arrancar das prisões os patriotas condenados pelos Tribunais Plenários só podiam ser coroados de êxito se tivessem como ponto de partida uma campanha em profundidade levada a efeito em Portugal com o mesmo objetivo e organizada nos moldes mais amplos, com a participação de elementos representativos de todas as tendências democráticas emergentes no seio do povo português. A fundação da Comissão Nacional da Amnistia e a dinâmica e corajosa acção por ela desenvolvida e que tanto sensibilizou já a opinião pública mundial vieram confirmar que estávamos certos.

Os êxitos já obtidos constituem um poderoso estímulo para a intensificação do vosso trabalho, em que os intelectuais anti-fascistas tanto se têm distinguido, transformando uma unidade magnífica em instrumento de combate ao serviço de uma causa das mais nobres.

Entenderam, portanto, as Organizações democráticas portuguesas do Brasil que havia toda a vantagem em enviar, doravante, à Comissão Nacional da Anistia os fundos — infelizmente modestos — obtidos aqui com as campanhas de solidariedade realizadas a favor dos presos políticos portugueses. Assim, no passado dia 1 do corrente, tomamos a liberdade de remeter, em seu nome, por intermédio do Banco Frizzo, representado em Lisboa pelo Banco Espírito Santo, Esc. 12.500\$00. Essa quantia, correspondente a Cr\$ 1.000.000, inclui os donativos recebidos durante a nossa campanha anual do "Natal do Preso Político" (401.000 Cr\$) e o produto da ven-

da de quadros oferecidos por pintores brasileiros solidários com a luta pela Amnistia em Portugal.

Resta-nos fazer votos para que a vossa bela luta prossiga dentro do mesmo espírito de unidade democrática e de solidariedade humanas. Saudações democráticas".

## Derrotas Colonialistas

Desmentindo frontalmente a afirmação de Salazar feita em Braga, no 28 de Maio, de que o colonialismo venceu "definitivamente" a guerra em que se encontra empenhado, os comunicados militares fascistas continuam a dar notícia de intensa actividade militar em Angola, Moçambique e Guiné.

Segundo notícias divulgadas em Brazaville pelo MPLA, é cada vez mais crítica a situação das guarnições portuguesas de Cabinda. Pode afirmar-se que em todo o enclave, a úmida região onde as tropas colonialistas exercem hoje um controle real é a própria cidade de Cabinda. Em outras frentes angolanas, a primeira semana de Junho foi assinalada por uma intensificação da actividade militar dos guerrilheiros nacionalistas. Travaram-se combates em Mata-Senga, Serra Canda, Zala, nos Montes Zambo, e nas Serdas de Quitocue, Mucaba, Sassa, Cabala, Zambe e Songo. As forças portuguesas teriam sofrido seis mortos nesses encontros. Essa é a imagem da Pax salazarista em Angola!

Na Guiné, a situação continua inalterável, quer dizer as tropas sob o comando do "pacificador" Schultz conservam apenas o domínio das ilhas de Bissau e Bolama, sendo cada vez mais difícil o abastecimento das guarnições do Interior, cercadas pelos guerrilheiros do PAIGCV e pelas tropas regulares do Exército Popular de Libertação. Verificaram-se combates em Embande, Sabá, Fulacunda, e em Madina do Boé.

### RADIO VOZ DA LIBERDADE

Ouçã a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 0,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

### UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

PORTUGAL DEMOCRÁTICO  
R. Cons. Furtado, 191 — Sp. Brasil  
Endereços de Assinantes